

# Cursos de Pedagogia no estado da Paraíba: uma análise de oferta, perfis institucionais e organização curricular

José Leonardo Rolim de Lima Severo<sup>1</sup> Maria Eulina Pessoa de Carvalho<sup>2</sup>

## Resumo

No Brasil, o curso de Pedagogia ocupa o primeiro lugar em matrículas entre os cursos de graduação, com oferta predominantemente privada e na modalidade à distância. A amplitude dessa oferta resulta de circunstâncias históricas que podem ser explicadas, de um lado, pela necessidade de atender à formação de professoras/es para as etapas iniciais da Educação Básica em diferentes territórios, assumida por políticas públicas, e, de outro lado, pela agenda privada de mercantilização da Educação Superior. Este texto apresenta um panorama da oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia no estado da Paraíba e analisa seus perfis institucionais, a partir de dados sobre criação, funcionamento atual, número de vagas ofertadas e aspectos gerais de organização curricular. Com base nisso, assinala o lugar estratégico que o curso ocupa na agenda de desenvolvimento social e educacional do estado e os desafios de formação inicial de pedagogas/os para atuação na escola e em outros contextos não escolares.

**Palabras-chave:** Pedagogia, Educação Superior, Currículo.

## Pedagogy programs in the state of Paraíba: an analysis of their offer, institutional profiles and curricular organization

### Abstract

In Brazil, the Pedagogy (Teacher Education) program ranks first in enrollment among undergraduate programs, with predominantly private and distance learning offers. Its breadth results from historical circumstances that can be explained by the need to provide teacher training for the initial stages of Basic Education in different territories by public policies, as well as by the private agenda of commodification of Higher Education. This paper presents an overview of the offer of Pedagogy programs in the state of Paraíba, Northeastern Brazil, and analyzes their institutional profiles, based on data on creation, current operation, number of places offered, and general aspects of curricular organization. Considering this, it highlights the strategic place that the Pedagogy program occupies in the state's social and educational development agenda, and the challenges of initial training of pedagogues to work at school and in other educational contexts.

**Keywords:** Pedagogy, Higher Education, Curriculum.

## Cursos de Pedagogía en el estado de Paraíba: análisis de la oferta, perfiles institucionales y organización curricular

### Resumen

La carrera de Pedagogía ocupa, en Brasil, el primer lugar en matrícula entre las carreras de grado, con una oferta predominantemente privada y en la modalidad a distancia. La amplitud de esta oferta resulta de circunstancias históricas que se explican por la necesidad de atender la formación de docentes para las etapas iniciales de la Educación Básica en diferentes territorios, por las políticas públicas, pero también por la agenda privada de comercialización de la Educación Superior. Este artículo presenta un panorama de la oferta del grado de Licenciatura en Pedagogía en la provincia de Paraíba, en Noreste de Brasil, y analiza sus perfiles institucionales, a partir de datos sobre creación, funcionamiento actual, número de vacantes ofertadas y aspectos generales de la organización curricular. A partir de ello, destaca el lugar estratégico que ocupa el curso en la agenda pú-

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I, João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: leonardorolimsevero@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – Campus I, João Pessoa (PB), Brasil. E-mail: mepcarv@gmail.com

blica de desarrollo social y educativo y los desafíos de la formación inicial de los pedagogos para el trabajo en la escuela y en otros contextos no escolares.

**Palabras clave:** Pedagogía, Educación Superior, Curriculum.

## INTRODUÇÃO

De acordo com o Censo da Educação Superior, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2022), o curso de Pedagogia ocupava, no Brasil, o primeiro lugar entre os cursos de graduação com o maior número de matrículas em Instituições de Ensino Superior (IES), passando de 580.643, em 2011, para 789.254, em 2021. Na rede de universidades federais o quantitativo de matrículas alcança 44.490 em cursos presenciais e 12.852 em cursos à distância. Na rede privada, enquanto na modalidade presencial o curso é o décimo colocado, com 103.393 matrículas, na modalidade à distância é o primeiro colocado com 557.273 matrículas.

O crescimento do número de matrículas e novos cursos no Brasil é um fenômeno da emergente a partir da primeira década do século XXI, derivado de políticas de ampliação do acesso ao Ensino Superior em IES públicas e privadas, nomeadamente os Programas de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), bem como da expansão da educação a distância (EaD).

Apesar da relevância quantitativa do curso de Pedagogia no Brasil, circunstância que o posiciona como um importante canal de acesso ao Ensino Superior, especialmente para grupos sociais de baixo nível socioeconômico, os desafios envolvendo a qualidade da experiência formativa evidenciam uma série de problemas. Destacam-se aqueles relativos ao perfil das IES e do corpo docente, à relação entre a formação inicial e as demandas laborais, à gestão curricular e, de forma sensível, ao engajamento acadêmico das/os estudantes e suas condições de aprendizagem, considerando que muitas/os ingressam no curso de Pedagogia em segunda opção. Como problematizado em trabalho anterior, no contexto atual

[...] emergem problemáticas em torno da evasão discente, da crítica a tradições curriculares sem contextualização no campo profissional e da interação entre características do perfil dos/as estudantes e seu desempenho, muitos deles/as advindos/as de camadas populares, com formação precária no Ensino Médio, matriculados(as) em cursos noturnos e condicionados/as a rotinas de trabalho remunerado e/ou familiar (SEVERO, 2022, p. 1).

Diante desse cenário, este texto, produto de pesquisa financiada pela FAPESQ/PB<sup>3</sup>, objetiva, com base no panorama da oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia no estado da Paraíba, analisar seus perfis institucionais, considerando dados sobre criação, funcionamento atual, número de vagas ofertadas e composição curricular.

Dada a Resolução n. 02/2019, do Conselho Nacional de Educação, anuncia-se uma revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia (DCN), homologadas em 2006. A co-

---

<sup>3</sup> Projeto intitulado “Formação em cursos de Licenciatura em Pedagogia na Paraíba: sinalizações sobre impactos para o desenvolvimento educacional do estado”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ/PB), por meio do Edital nº 09/2021–Demanda Universal e coordenado pelos autores deste texto.

munidade acadêmica tem se manifestado contrariamente à implementação dessa nova política curricular, entendendo que ela expressa a imposição de uma lógica restritiva de formação baseada na fragmentação dos campos de atuação de pedagogos/as, na centralidade de competências instrumentais e na desarticulação com as políticas de valorização dos/as profissionais da educação, aventando-se a possibilidade de acentuação da crise identitária do curso, reflexo de circunstâncias históricas que cercam o debate sobre a Pedagogia como campo de conhecimentos. Ainda assim, cabe reconhecer que os dilemas enfrentados pelo curso se acentuaram a partir das DCN de 2006, que o reduziram à formação de professoras/es para as etapas iniciais da Educação Básica, desconsiderando a complexidade da formação e da prática profissional de pedagogos/os como especialistas e técnicas/os, cuja atuação se dá para além da sala de aula.

Parte-se do pressuposto de que movimentos de reforma curricular do curso de Pedagogia não podem dispensar estudos sobre cenários e experiências contextualizadas de desenvolvimento curricular pós-DCN de 2006, o que requer referências empíricas que considerem os desafios da sociedade brasileira, em seus aspectos regionais e locais. Só assim se poderá construir uma agenda crítica e propositiva de formulação de políticas curriculares que atendam, de um lado, ao princípio da Pedagogia como campo de conhecimentos e, de outro lado, ao horizonte de demandas formativas que dão sentido à existência de um curso socialmente referenciado.

A pesquisa que originou este texto desenvolve um movimento de análise mais amplo, documental e empírico, que inclui mapeamento e estudo dos projetos pedagógicos (PPC) e matrizes curriculares dos cursos, das perspectivas e práticas de coordenação dos mesmos, e das representações sociais da comunidade discente sobre a Pedagogia. De modo particular, as reflexões traçadas aqui se apoiam em registros de análise documental empreendida junto a 23 cursos ofertados nas modalidades presencial e a distância por onze IES sediadas no estado da Paraíba.

## **ABRANGÊNCIA E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS DO ESTUDO**

A partir do levantamento da oferta de cursos de Pedagogia no site do E-MEC em dezembro de 2022, localizaram-se 85 cursos em atividade ofertados no estado da Paraíba. Todavia, com sede no estado, encontra-se um número bem inferior. Excluindo-se os polos de instituições de fora do estado e os cursos extintos ou não iniciados, o corpus de análise documental deste trabalho inclui 23 cursos, dos quais 9 pertencem a IES públicas, sendo 8 presenciais e 1 EaD, e 14 a IES privadas, sendo 8 presenciais e 6 EaD.

Os PPCs e as matrizes curriculares foram obtidos em consultas a sites institucionais e, em alguns casos, através de e-mails dirigidos às coordenações, e visitas às instituições. As tentativas de acesso aos PPCs não foram bem sucedidas nas IES privadas, o que resultou na utilização de informações sobre composição curricular disponíveis em seus respectivos sites, uma vez que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) prevê que compete às IES, segundo o artigo 47, em seu parágrafo primeiro, publicar, regularmente, “programas dos cursos e demais componentes

curriculares, sua duração, requisitos, qualificação dos professores, recursos disponíveis e critérios de avaliação” (BRASIL, 1996).

O Quadro 1 sintetiza informações sobre os cursos integrantes da pesquisa em ordem cronológica de criação e por categoria administrativa, modalidade e oferta de vagas.

**Quadro 1**–Cursos de Pedagogia selecionados e documentos levantados – Paraíba, 2022

<b>IES/categoria administrativa</b>	<b>Local</b>	<b>Ano de criação/funcionamento</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Vagas autorizadas</b>	<b>Documentos levantados</b>
Universidade Federal da Paraíba – UFPB Pública Federal	João Pessoa	1952/1952	Presencial	300	Projeto Pedagógico de Curso, 2006, 39p.
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB Pública Estadual	Campina Grande	1971/1969	Presencial	160	Projeto Pedagógico de Curso, 2016, 177p.
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG Pública Federal	Campina Grande	1979/1979	Presencial	60	Projeto Pedagógico de Curso, 2008, 80p.
Universidade Federal de Campina Grande – UFCG Pública Federal	Cajazeiras	1979/1980	Presencial	90	Projeto Pedagógico de Curso, 2009, 74p.
Centro Universitário de Patos – UNIFIP Privada com fins lucrativos	Patos	1992	Presencial	80	Matriz curricular
Universidade Federal da Paraíba – UFPB Pública Federal	Mamanguape	2006/2006	Presencial	90	Projeto Pedagógico de Curso, 2006, 47p.
Universidade Federal da Paraíba – UFPB Pública Federal	Bananeiras	2007/2007	Presencial	50	Projeto Pedagógico de Curso, 2012, 89p.
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB Pública Estadual	Guarabira	2006/2007	Presencial	128	Projeto Pedagógico de Curso, 2016, 152p.
Universidade Federal da Paraíba – UFPB Pública Federal	João Pessoa	2007/2007	EaD	420	Projeto Pedagógico de Curso, 2013. 18p.
Universidade Federal da Paraíba – UFPB Pública Federal	João Pessoa	2009	Presencial	100	Área de Aprofundamento em Educação do Campo Projeto Pedagógico de Curso, 2017, 31p.

Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – ISEC [Faculdade São Francisco] Privada com fins lucrativos	Cajazeiras	2002/2003	Presencial	240	Matriz curricular
Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU Privada sem fins lucrativos	João Pessoa	2012/2014 2018	Presencial Presencial	120 240	Matriz curricular
Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU Privada com fins lucrativos	João Pessoa	2013 Bacharelado 2013/2014 Licenciatura	EaD EaD	2000 2000	Matriz curricular
Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU Privada com fins lucrativos	Campina Grande	2015	Presencial	240	Matriz Curricular
Faculdade Internacional da Paraíba – FPB Privada com fins lucrativos	João Pessoa/PB	2013/2014 2018/2019	Presencial EaD Semipresencial e Live	200 300	Informações gerais. Matriz curricular e PPC indisponíveis.
Faculdade Três Marias – FTM Privada com fins lucrativos	João Pessoa	2018 2019/2018	Presencial EaD	150 300	Projeto Pedagógico de Curso, 2022, 174p. Projeto Pedagógico de Curso, 2021, 149p.
Faculdade Unifuturo Privada com fins lucrativos	João Pessoa	2019	Presencial	200	Informações gerais. Matriz curricular e PPC indisponíveis.
Centro Universitário UNIESP Privada com fins lucrativos	João Pessoa	2019	EaD	300	Matriz curricular
Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ/ Universidade Cruzeiro do Sul Privada com fins lucrativos	João Pessoa	2019/2021	EaD e Semipresencial	500	Matriz curricular

**Fonte:** Elaboração própria a partir de informações dos sites do E-MEC (<https://emec.mec.gov.br>) e das IES<sup>4</sup>

<sup>4</sup> Além das IES públicas e de uma privada, que disponibilizam os PPCs, foram obtidas matrizes curriculares e/ou informações gerais nos seguintes sites institucionais de IES privadas: Centro Universitário de Patos – UNIFIP. [https://unifip.edu.br/arquivos/cursos/matriz\\_curricular-1615377389.pdf](https://unifip.edu.br/arquivos/cursos/matriz_curricular-1615377389.pdf) Instituto Superior de Educação de Cajazeiras – ISEC. <https://paraiba.fsf.edu.br/curso/graduacao/pedagogia> Centro Universitário Maurício de Nassau – UNINASSAU. [https://vestibular.uninassau.edu.br/PS\\_Nassau/curso/75/395/3/pedagogia/Jo%c3%a3o+Pessoa-PB](https://vestibular.uninassau.edu.br/PS_Nassau/curso/75/395/3/pedagogia/Jo%c3%a3o+Pessoa-PB) [https://vestibular.uninassau.edu.br/PS\\_Nassau/curso/75/316/3/pedagogia/Campina+Grande-PB](https://vestibular.uninassau.edu.br/PS_Nassau/curso/75/316/3/pedagogia/Campina+Grande-PB) Faculdade Internacional da Paraíba – FPB. <https://www.fpb.edu.br/gra>

Além dos cursos registrados como não iniciados ou extintos, foi excluído o Curso de Pedagogia, Movimentos Sociais do Campo, da UFPB, de 2007/2008, do PRONERA, presencial, com 60 vagas, que consta no site do E-MEC como em atividade, porém já foi extinto.

A análise empreendida nos tópicos a seguir apoia-se em procedimentos de compilação, correlação e interpretação das informações para traçar o panorama da oferta de cursos de Pedagogia no estado da Paraíba, destacando seus perfis institucionais e composição curricular.

## ANÁLISE DA OFERTA E DE PERFIS INSTITUCIONAIS

Como descrito no quadro 1, os cursos de Pedagogia mais antigos no estado da Paraíba são os das IES públicas, tendo o primeiro sido criado na antiga Universidade da Paraíba em 1952, federalizada em 1960 (UFPB). O segundo curso mais antigo é o da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), criado em 1969, tendo seu funcionamento iniciado em 1971. No final da década de 1970 mais dois cursos foram criados nos campi de Campina Grande e Cajazeiras, este último no extremo oeste do estado, fruto do processo de interiorização da UFPB, hoje ambos integrantes da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

Ao todo, as três universidades públicas paraibanas – UFPB, UFCG e UEPB – contam com nove cursos de Pedagogia, com a abertura de cinco novos cursos na década de 2000: quatro da UFPB, situados em Mamanguape, Bananeiras e João Pessoa, incluindo um curso EaD com foco na Educação Infantil e outro em Pedagogia do Campo; e um da UEPB, no município de Guarabira.

Já o primeiro curso de Pedagogia criado por IES privada foi o dos Institutos Paraibanos de Educação, em João Pessoa, autorizado pelo Decreto N° 84.871/1980 (licenciatura plena, com habilitações em Administração Escolar, Orientação Educacional e Supervisão Escolar), já extinto.

Em 1992 foi criado o curso de Pedagogia do Centro Universitário de Patos–UNIFIP, no Sertão Paraibano, que se mantém presencial até os dias de hoje. Em 2002-2003 surge, também no Sertão, mais um curso de Pedagogia presencial, o da Faculdade São Francisco, atualmente Instituto Superior de Educação de Cajazeiras–ISEC.

É na segunda década de 2000 que explodem os cursos EaD de IES privadas, com sede no estado, de forma que, das seis IES privadas que aqui se estabelecem, quase todas oferecem curso de Pedagogia Presencial e EaD: Uninassau, FPB, FTM, Uniesp e Unipê/Cruzeiro do Sul, exceto a Unifuturo, enquanto a Uniesp só oferta Pedagogia na modalidade à distância.

---

duacao/pedagogia/Faculdade Três Marias – FTM. <http://www.faculdadetresmarias.edu.br/Faculdade> Unifuturo. <https://unifuturo.edu.br/portal/curso-interna.php?id=3528> Centro Universitário UNIESP. <https://www.iesp.edu.br/cursos/graduacao/licenciatura-em-pedagogia-ead-Centro> Universitário de João Pessoa – UNIPÊ/Universidade Cruzeiro do Sul. [https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/pedagogia/?utm\\_source=portal-unipe&utm\\_medium=modal&utm\\_campaign=direcionamentoead?utm\\_source=portal-unipe&utm\\_medium=modal&utm\\_campaign=direcionamentoead](https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/pedagogia/?utm_source=portal-unipe&utm_medium=modal&utm_campaign=direcionamentoead?utm_source=portal-unipe&utm_medium=modal&utm_campaign=direcionamentoead)[https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/pedagogia-ead-semipresencial-4-0i/?utm\\_source=portal-unipe&utm\\_medium=modal&utm\\_campaign=direcionamentoead?utm\\_source=portal-unipe&utm\\_medium=modal&utm\\_campaign=direcionamentoead](https://www.cruzeirodosulvirtual.com.br/graduacao/pedagogia-ead-semipresencial-4-0i/?utm_source=portal-unipe&utm_medium=modal&utm_campaign=direcionamentoead?utm_source=portal-unipe&utm_medium=modal&utm_campaign=direcionamentoead) Ver: <https://www.unipe.edu.br/graduacao/pedagogia/>.

Somando-se a oferta de vagas em cursos presenciais e EaD, tem-se um total de 2.448 vagas presenciais, das quais 1.470 estão em IES privadas; e 5.820 vagas à distância, 5.400 das quais em IES privadas, conforme o quadro 1. Dessa forma, 83,09% da oferta de vagas em cursos de Pedagogia presenciais e EaD está em IES privadas, concentrada em cursos à distância. Por outro lado, da oferta total de 8.268 vagas, 70,39% são em cursos à distância, lembrando que apenas uma IES pública oferta curso de Pedagogia EaD.

Com efeito, as IES privadas tendem à oferta em EaD. Por exemplo, a Universidade Cruzeiro do Sul (UNICSUL) já oferecia na Paraíba (e em todo o Brasil) 5000 vagas para a Licenciatura EaD em Pedagogia (criada em 2012 e em funcionamento a partir de 2013), segundo registro no E-MEC. Quando comprou o Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ), passou a ofertar o curso em três modalidades: à distância, semipresencial e presencial, como se encontra em seu site, contudo a modalidade presencial não foi iniciada.

A Uninassau, com o curso de Pedagogia na modalidade EaD, oferta 2000 vagas para o Bacharelado e 2000 vagas para a Licenciatura. Além de João Pessoa, alcança os seguintes municípios paraibanos, conforme anunciado em seu site: Bayeux, Cabedelo e Santa Rita, municípios da Grande João Pessoa; Mamanguape, Campina Grande, Guarabira e Cajazeiras (nos quais o curso de Pedagogia é também ofertado por duas IES públicas e Campina Grande tem um curso presencial da própria Uninassau); e vários outros municípios do litoral ao sertão: Boqueirão, Caaporã, Catolé do Rocha, Conceição, Itabaiana, Patos, Santa Luzia, Santana dos Garrotes, São Bento.

A cidade de Cajazeiras tem dois cursos de Pedagogia presenciais: um da UFCG, com oferta de 90 vagas, e outro do ISEC/Faculdade São Francisco, IES privada, com oferta de 240 vagas. Ao mesmo tempo em que é alvo da oferta de EaD de outras IES privadas, lá a Faculdade Santa Maria tem um curso de Pedagogia EaD autorizado desde 2020 com 400 vagas, ainda não iniciado, conforme consta no site do E-MEC.

Quando se faz a busca na plataforma do E-MEC por estado, neste caso, a Paraíba, chama a atenção a enorme oferta de cursos de Pedagogia à distância por IES privadas de todo o Brasil (que não foram incluídas no quadro 1), muitas das quais oferecem milhares de vagas. Descontados os 23 cursos aqui considerados mais os extintos e não iniciados do total de 85 Cursos de Pedagogia ofertados no estado, as vagas autorizadas de instituições de fora do estado, segundo o site do E-MEC, somam 296.298!

Essa tendência, já mencionada, de crescimento da EaD e de formação massiva de pedagogas/os via ensino remoto, é um dos desafios que demandam pesquisas voltadas à avaliação curricular, ao fluxo acadêmico (acesso, permanência e conclusão), e ao acompanhamento da inserção profissional de egressas/os.

## ANÁLISE DE ASPECTOS DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR DOS CURSOS

Compreende-se aqui organização curricular como estrutura para composição e operacionalização do percurso formativo, envolvendo elementos formais de natureza normativa. A análise da organização curricular permite focalizar a configuração dos cursos a partir das diretrizes e outras normativas incidentes no planejamento do currículo. Vale ressaltar que, dada a impossibilidade de acesso aos PPCs de todos os cursos, alguns elementos da análise de composição curricular não envolvem a totalidade do corpus apreendido.

Como um campo de teorizações habitado pela polissemia, os estudos sobre currículo não convergem para uma definição hermética sobre em que consistem e como podem ser apreendidos, na análise dos processos pedagógicos, o próprio currículo e seus desdobramentos. Desse modo, convém explicitar que, embora se reconheça que o desenvolvimento curricular envolve diferentes intenções, ações e efeitos em cada nível ou esfera por onde transpassa – das instâncias de formulação e gestão das políticas educacionais à cultura escolar e ao trabalho de professores/as – neste texto se opera com a compreensão de currículo como um projeto formativo definido por determinados objetivos que refletem aprendizagens a serem construídas nas/pelas instituições. Na condição de projeto, o currículo estabelece princípios e diretrizes de ação adequadas à consecução daqueles objetivos (ÁLVAREZ MÉNDEZ, 2001). Supõe, portanto, um modelo didático de estruturação das situações de ensino e de aprendizagem que concretizam finalidades sociais, políticas e pedagógicas.

Assim, a análise da organização curricular é um estágio necessário ao estudo das formas e dos dispositivos de estruturação do currículo como projeto formativo. O intuito desta análise aplicada ao conjunto de matrizes curriculares dos cursos de Pedagogia é estabelecer um marco descritivo do status desses cursos quanto a: 1) ano da última reforma curricular; 2) adequação às diretrizes curriculares vigentes; 3) regime de organização curricular; 4) especificidades formativas; 5) duração dos cursos.

Conforme informações levantadas, os cursos de Pedagogia nas IES privadas estão atualizados à luz da Resolução n. 2/2019, que estabelece as Diretrizes Nacionais para Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BRASIL, 2019), enquanto os cursos das universidades públicas são os que possuem PPCs vigentes com datas mais antigas de aprovação. Apenas os cursos da UEPB e o curso com área de aprofundamento em Educação do Campo da UFPB foram revisados à luz das antigas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica homologadas pelo CNE em 2015 (BRASIL, 2015). Os demais encontram-se respaldados pelas DCNP de 2006, não tendo sido atualizados desde então.

Por um lado, esse dado indica que as universidades públicas têm sido lócus de resistência à implementação da Resolução n. 2/2019, em decorrência da compreensão de que essa política curricular rompe com princípios consubstanciados nas DCN de 2015, os quais refletem uma concepção progressista de educação e de trabalho docente. Entretanto, parte significativa dos cursos ofertados pelas universidades públicas sequer tiveram seus PPCs revisados com base nas DCN de 2015, mes-

mo que haja um certo consenso de que esse documento reúne uma série de elementos defendidos pelo campo teórico e político de educadoras/es críticas/os.

As IES privadas, por sua vez, parecem operar com o princípio legalista de implementação da nova política curricular visando atender aos parâmetros regulatórios que estão diretamente ligados aos conceitos avaliativos atribuídos pelo INEP. Sabe-se que esses conceitos são amplamente explorados por estratégias de publicidade e marketing institucional, que buscam atestar a qualidade da formação oferecida no curso, como se pode verificar nos sites das IES privadas constantes no quadro 1.

Embora fuja ao escopo deste texto problematizar características da composição curricular dos cursos relativas às finalidades assumidas nos PPCs, alguns apontamentos gerais são úteis para demarcar limitações formativas importantes na esteira do que já evidencia a literatura sobre estudos curriculares dos cursos de Pedagogia no país (PIMENTA; PINTO; SEVERO, 2022). Via de regra, a quase totalidade dos cursos possui matrizes curriculares organizadas no modelo disciplinar. Apenas dois deles, ambos ofertados por IES privadas, possuem matrizes curriculares organizadas em módulos, porém, mesmo assim, não chegam a manifestar uma ruptura significativa da forma convencional de organização e blocagem de componentes do currículo através de unidades disciplinares, de modo que é possível depreender que, em um caso, particularmente, a mudança de disciplinas para módulos foi apenas uma medida retórica. Em síntese, o regime de organização curricular dos cursos de Pedagogia no estado da Paraíba caracteriza-se pelo sequenciamento de disciplinas e pelo sistema de créditos.

Dos 23 cursos de Pedagogia incluídos na pesquisa, apenas nove possuem áreas de aprofundamento. De acordo com as DCNP de 2006, as áreas de aprofundamento consistem em um dispositivo de diversificação formativa que atende aos objetivos específicos dos cursos em relação ao projeto institucional e/ou contexto em que estão inseridos. Sobremaneira, as áreas de aprofundamento oportunizam aos cursos promoverem experiências formativas mais plurais e flexíveis, aspectos fundamentais no desenho curricular de um curso de Pedagogia, haja vista a multiplicidade de âmbitos de atuação profissional da/o egressa/o.

Com o fim das habilitações profissionais em 2006, o curso passou a expressar um caráter generalista criticado por ser demasiadamente restrito no essencial e difuso no que é complementar (SAVIANI, 2012). As áreas de aprofundamento não substituíram as habilitações, mas poderiam ser criadas para vincular às matrizes determinados temas/experiências de aprendizagem que dialogam com a diversidade de possibilidades de atuação profissional de pedagogas/os para além do magistério nas etapas iniciais da Educação Básica.

As áreas de aprofundamento de seis dos nove cursos referidos abrangem, principalmente, modalidades da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos (UFPB-João Pessoa; UFPB-Mamanguape; UFCG-Campina Grande; UFCG-Cajazeiras), Educação do Campo (UFPB-João Pessoa) e Educa-

ção Especial (UEPB-João Pessoa). Já a gestão de processos educativos é objeto de área de aprofundamento de apenas três desses cursos (UFCG-Cajazeiras, UFCG-Campina Grande e UEPB-Guarabira).

Entre os seis cursos mencionados, dois ofertam apenas uma área de aprofundamento (UEPB-João Pessoa/Educação do Campo e UEPB-Mamanguape), enquanto três oferecem duas (UFCG-Cajazeiras, UEPB-João Pessoa e UEPB-Guarabira). Apenas um curso destaca-se por oferecer oito áreas de aprofundamento (UFCG-Campina Grande), configurando um amplo espectro de temas que abrange desde estudos em fundamentos da educação até a educação de pessoas surdas, as novas tecnologias educacionais e a educação matemática.

Registra-se que, embora não apareça como área de aprofundamento, os cursos de Pedagogia presencial e à distância da FTM possuem currículos que enfatizam a formação para o magistério nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A crítica ao caráter excessivamente generalista do curso de Pedagogia no Brasil diante das mais diversas demandas formativas que disputam espaço nos currículos, a par das necessidades evidenciadas na prática educativa, não apenas escolar, conduz à problematização do tempo de integralização curricular. As DCNP de 2006 fixaram o tempo mínimo de integralização curricular em cursos de Pedagogia, excetuando cursos de segunda licenciatura e complementação pedagógica, em 3.200 horas. As DCN de 2015 mantiveram essa carga horária, especificando que os cursos deveriam durar, no mínimo, oito semestres, portanto quatro anos. Essas definições também não foram alteradas pelas DCN de 2019, ainda em vigência.

Visualizando o panorama geral das licenciaturas no Brasil, percebe-se que os cursos de Pedagogia foram levados a ampliar o tempo de integralização curricular já em 2006 por exigência das DCNP, com a carga horária mínima de 3.200 horas. Tal exigência só se impôs às demais licenciaturas pelas DCN de 2015. É importante ressaltar que as DCNP de 2006 se aplicam exclusivamente aos cursos de Pedagogia. À época, os demais cursos eram orientados pelas DCN de 2002, documento que não fixa parâmetros específicos para definição do tempo de integralização curricular.

Em sua maioria, os cursos de Pedagogia incluídos na pesquisa estão ajustados à exigência do tempo mínimo de duração, com exceção de dois cursos que possuem apenas três anos, um na modalidade presencial e outro à distância, ambos ofertados por uma IES privada, a Unipê/Cruzeiro do Sul, segundo informações disponíveis no site institucional, o que está em evidente contradição normativa. Foram encontrados, ainda, cursos de Pedagogia com duração superior ao estipulado nas DCN de 2019, quais sejam: os cursos ofertados no período noturno da UEPB-Mamanguape e da UEPB-João Pessoa, com quatro anos e meio de duração; o curso ofertado pela UEPB-Bananeiras, com cinco anos de duração, tanto na oferta diurna quanto na noturna; o curso ofertado pela UFCG-Campina Grande no período noturno, com cinco anos de duração; e o curso ofertado pela UFCG-Cajazeiras, com quatro anos e meio no período diurno e cinco anos no período noturno.

Apesar das tentativas de descaracterização manifestas nas DCNP de 2006 até as DCN de 2019, processo que resultou na redução da formação de pedagogas/os à preparação para o exercício do magistério na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, o curso de Pedagogia, centralmente, ainda conserva características importantes que o tornam, como sublinha Saviani (2012), o lócus privilegiado de estudos acadêmicos sobre a educação em nível de graduação. Essas características dizem respeito a uma presença mais expressiva de fundamentos da educação, de estudos sobre os componentes de organização do trabalho pedagógico, da pesquisa educacional, de componentes sobre diferentes modalidades e contextos educativos, bem como de uma variedade de estágios curriculares que os abrangem.

O desafio posto às IES que assumem a importância do curso de Pedagogia, em contraponto à tendência de descaracterização formativa, é a complexa equação curricular para organizar, de forma sólida, articulada e coerente, esse amplo espectro de saberes e experiências de formação inicial. Tal processo envolve um investimento de tempo que pode superar quatro anos de duração e que parte da decisão institucional em oferecer às/aos estudantes uma formação pautada por um currículo arrojado, flexível, diversificado e orientado a demandas de inserção profissional crítico-criativa. Nesse aspecto, os cursos que possuem cinco anos de duração parecem ter mais vantagem, embora o tempo curricular seja uma variável sempre relativa à concepção, operacionalização e qualidade das experiências formativas desenvolvidas no cotidiano do curso.

## POSICIONANDO DESAFIOS

O desenvolvimento social de um estado depende de uma ampla agenda que envolve diferentes âmbitos, dentre os quais o educacional, onde se inserem as IES e seus atores. Nesse âmbito, são múltiplos os desafios postos ao Poder Público e à sociedade civil no que tange à oferta de garantias de acesso, permanência e aprendizagem nas instituições educacionais, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

De acordo com informações disponíveis no Boletim de Indicadores Socioeconômicos do Estado da Paraíba (PARAÍBA, 2020), a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 ou mais anos de idade era, em 2020, 16,1%, percentual acima da média nacional de 6,8%. Já o Resumo Técnico do Censo da Educação no estado da Paraíba (INEP, 2021) aponta que apenas 62,7% das/os docentes que atuavam na Educação Infantil em 2020 possuíam formação em curso superior de licenciatura. Já nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, esse percentual era de 70,6%. O mesmo documento retrata que de 4.903 gestores/as das 4.807 escolas em funcionamento no estado no ano de 2020, 20% não possuíam formação em nível superior. O Resumo Técnico não especifica se os/as demais gestores/as possuíam formação adequada para o cargo, considerando que o artigo 64 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) prevê que a formação para administração educacional ocorra em cursos de Pedagogia ou em cursos de pós-graduação.

Esses são apenas alguns dentre vários indicadores que ensejam reflexões em torno dos desafios educacionais do estado da Paraíba para eliminar o analfabetismo e melhorar a qualidade da educação escolar através da formação de docentes e gestores/as. O curso de Pedagogia ocupa um lugar estratégico diante desses desafios e, de modo particular, mantém uma estreita relação com a qualidade da escolarização nas etapas iniciais da Educação Básica, nas quais a/o pedagoga/o exerce a função docente, e com a qualidade do desenvolvimento institucional das escolas, bem como dos sistemas e redes educacionais, dado que o curso também se propõe à formação de gestoras/es.

Importa ressaltar que, para além das demandas relativas ao âmbito da Educação Escolar, o curso se vê, ainda, confrontado por desafios de efetivação do Direito à Educação compreendido como prerrogativa das pessoas participarem, ampla e continuamente, de situações de aprendizagem com vistas ao seu desenvolvimento integral, ao exercício da cidadania e à inclusão social, circunstância que impõe a necessidade do curso assumir uma perspectiva formativa que contemple os âmbitos da Educação Não Escolar.

O cenário traçado neste trabalho evidencia o protagonismo das IES privadas com fins lucrativos na oferta de cursos de Pedagogia, especialmente via modalidade EaD. Foram justamente os cursos ofertados por essas IES que menos dispuseram, seja através de representantes institucionais, seja através de seus sites eletrônicos, as informações necessárias à análise documental que originou este trabalho, que visava os PPCs e as matrizes curriculares dos cursos. Essas IES enquadram-se nas categorias de faculdade ou centro universitário, possuindo configurações que, de acordo com os parâmetros de regulação do Ensino Superior no Brasil, não as obriga a implementar programas de formação estruturados a partir da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como as universidades públicas. A convergência desses três elementos no desenvolvimento curricular em cursos de Pedagogia é um fator que potencializa as possibilidades de formação com maior consistência acadêmica e relevância social por articular os processos de aprendizagem em sala de aula à produção e socialização do conhecimento mediante práticas científicas, artísticas, tecnológicas e culturais diversificadas.

Os desdobramentos da intensificação da oferta de cursos de Pedagogia via EaD por IES privadas impactam drasticamente a formação inicial de pedagogas/os, como analisa Kassis (2021) ao destacar que esse fenômeno se atrela a interesses lucrativos, tendendo a tornar os cursos mais atraentes para um grupo de estudantes que, em geral, advém de camadas populares em busca de mobilidade social mediante uma certificação em nível superior mais barata e rápida, bem como menos exigente. Tais interesses exprimem uma lógica de gestão que faz com que tanto a formação das/os estudantes quanto as condições de trabalho de docentes formadoras/es sejam precarizadas. Operando com o conceito de vulnerabilidade profissional, a autora afirma que “o que ocorre é que o processo formativo precarizado tende a deixá-las/os ainda mais vulneráveis quando não as/os respalda para libertarem-se, em alguma medida, de sua condição de exclusão, aumentando suas fragilidades pessoais e profissionais” (KASSIS, 2021, p. 200). Se, inicialmente, a EaD produziu a ampliação das oportunidades de formação em nível superior para professores/as leigos/as em atuação nas redes

públicas de ensino, hoje a problemática revelada pelos dados apresentados acerca da ampla capilaridade dessa modalidade na oferta de cursos de Pedagogia no estado da Paraíba por IES privadas, assim como em todo o país, se vincula ao modo pelo qual, na última década, converteu-se em um dos principais dispositivos de mercantilização do Ensino Superior, chegando a configurar a principal forma de acesso às licenciaturas.

Há de se questionar, ainda, a correspondência entre as dinâmicas de formação e da prática profissional das/os egressas/os desses cursos, visto que são formadas/os na modalidade EaD para atuarem, principalmente, de modo presencial. Assim, concorda-se com a perspectiva de que “mesmo que o argumento de que um ensino mediado pelas plataformas digitais tenha um elemento positivo [...], as relações professor-aluno e aluno-aluno são vitais quando tratamos de um curso que formará professores” (ALMERON; PORTELINHA, 2021, p. 18).

De modo geral, como se viu, tanto as IES públicas quanto as privadas apresentam matrizes de organização curricular convencionais, pautadas, majoritariamente, por componentes disciplinares. Esse dado indica que são desafiadas a planejar e desenvolver currículos a partir de perspectivas de experiências de formação mais plurais, integradoras e com potencial inovador. Por um lado, as IES privadas investem em marketing atrativo que promete inovações curriculares mediadas por novidades tecnológicas, porém não há pesquisas que apontem os seus impactos formativos. Por outro lado, o contexto de resistência à implementação da Resolução 02/2019 em universidades públicas poderia ser fertilizado por contrapropostas formativas que inaugurassem, propositivamente, experiências que superem as limitações e controvérsias da atual política curricular. Com isso, os cursos terão condições de produzir repertórios que pavimentem caminhos para a inovação curricular em face de desafios inerentes à formação de pedagogas/os.

## CONCLUSÕES

O panorama da oferta de cursos de Licenciatura em Pedagogia no estado da Paraíba se caracteriza por um perfil institucional díspar: cursos de universidades públicas majoritariamente presenciais e cursos de IES privadas crescentemente à distância, configurando-se como a principal forma de acesso às licenciaturas na esteira da mercantilização do Ensino Superior.

Embora o curso ocupe um lugar estratégico na agenda de desenvolvimento social e educacional do estado e do país, enfrenta desafios de formação inicial de pedagogas/os para atuação na escola e em outros contextos não escolares, como apontado, uma vez que tanto os cursos de IES públicas quanto os de IES privadas, tanto os presenciais como os EaD, apresentam uma organização curricular convencional, pautada, majoritariamente, por componentes disciplinares, com poucas áreas de aprofundamento e ausência de propostas inovadoras que articulem o estudo teórico com a vivência prática, conforme se verificou nos PPCs e matrizes curriculares disponíveis.

Todavia, cabe lembrar, nem sempre foi possível obter acesso aos PPCs e às matrizes curriculares dos cursos, no caso de algumas IES privadas, de forma que se torna difícil analisar suas propostas formativas e traçar o panorama geral da oferta, como abordagem inicial e valiosa para a avaliação da atualidade da formação.

No contexto de políticas educacionais orientadas pela lógica neoliberal, o curso de Pedagogia é enquadrado na preparação de docentes em conformidade com standards de avaliação em larga escala aplicados na Educação Básica, preterindo uma formação ampla e sólida no campo da própria Pedagogia, cuja centralidade não está no magistério, pois se delinea em torno dos estudos sobre a educação como fenômeno plural e multifacetado. Assim, torna-se fundamental que a compreensão da Pedagogia como campo científico, orientado ao estudo e ao aperfeiçoamento da tarefa humana de educar, seja referenciada na construção dos PPCs e das matrizes curriculares.

Ao mesmo tempo, considerando a dimensão quantitativa do curso e a novidade de sua expansão recente na modalidade EaD, a indisponibilidade de PPCs e matrizes curriculares em muitas instituições formadoras, e a suposta precariedade do processo formativo, dadas as condições institucionais e do alunado, são necessários estudos empíricos das experiências curriculares e dos destinos das/os egressas/os.

## REFERÊNCIAS

ALMERON, Andrews Alves; PORTELINHA, Ângela Maria Silveira. Educação a distância e a formação docente: expansão e mercadorização. **Jornal de Políticas Educacionais**, v. 15, n. 31, p.1- 23, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/79930> Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

ÁLVAREZ MÉNDEZ, Juan Manuel. **Entender la didáctica, entender el currículum**. Madrid: Niño y Dávila, 2001.

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CP 02/2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui Base Nacional Comum para Formação Inicial de Professores para a Educação Básica – BNC Formação. Brasília-DF, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2019/124721-texto-referencia-formacao-de-professores/file>. Acesso em: 31/01/2023.

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CP n.1, de 15 de maio de 2006**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, DF: MEC, 2006. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_06.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf) Acesso em: 31/01/2023.

BRASIL. CNE. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF: MEC, 2015. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file> Acesso em: 31/01/2023.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília: DF,1996. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf) Acesso em: 31/01/2023.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Formação em cursos de Licenciatura em Pedagogia na Paraíba**: sinalizações sobre impactos para o desenvolvimento educacional do estado. Projeto financiado pelo Edital FAPESQ/PB N° 09/2021 Demanda Universal. Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba. Governo do Estado da Paraíba, Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia–SEECT, Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado da Paraíba–FAPESQ, João Pessoa, 2021.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Superior 2021**. Brasília: INEP, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior-graduacao>. Acesso em: 30 de janeiro de 2023.

KASSIS, Renata Nassralla. **A formação docente nas instituições de ensino superior privadas**: tensões enfrentadas por professores e alunos nos cursos de Pedagogia. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação–Universidade Federal de São Paulo, 2021.

PARAÍBA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Boletim de Indicadores Socioeconômicos do Estado da Paraíba**. João Pessoa: PB, 2020. Disponível em: <https://paraiba.pb.gov.br/diretas/secretaria-de-planejamento-orcamento-e-gestao/arquivos/notas-tecnicas/boletim-indicadores-sociais.pdf> Acesso em: 31/01/2023.

PIMENTA, Selma Garrido; PINTO, Umberto de Andrade; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. Panorama da Pedagogia no Brasil: ciência, curso e profissão. **Educação em Revista**, v.38, 2022, p. 1-17. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/tXrLcgJxZPSV4n47WPzgpqxq/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 31/01/2023.

SAVIANI, Dermeval. **A Pedagogia no Brasil**: história e teoria. 2, ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. As práticas didáticas de professores formadores como fator de (des)engajamento acadêmico no ensino superior: perspectivas de estudantes de licenciaturas. In: **Anais do XXVI EPEN–ANPED Nordeste**. São Luís: UFMA, 2022.

#### COMO CITAR — APA

Severo, J. L. R. de L.; Carvalho, M. E. P. de (2024). Cursos de Pedagogia no estado da Paraíba: uma análise de oferta, perfis institucionais e organização curricular. *PARADIGMA*, XLV (Edición Temática 1), e2024023. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024023.id1569>

#### COMO CITAR — ABNT

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Cursos de Pedagogia no estado da Paraíba: uma análise de oferta, perfis institucionais e organização curricular. *PARADIGMA*, Maracay, v. XLV, Edición Temática, n. 1, e2024023, Set., 2024. <https://doi.org/10.37618/PARADIGMA.1011-2251.2024.e2024023.id1569>

**HISTÓRICO**

Submetido: 22 de abril de 2024.

Aprobado: 28 de julho de 2024.

Publicado: 30 de septiembre de 2024.

**EDITOR**

Fredy E. González 

**ARBITROS**

Dos árbitros evaluaron este manuscrito y no autorizaron la publicación de sus nombres